

## **A certificação de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no Brasil: história e proposta de harmonização das normas e dos processos de certificação e acreditação de certificadoras.**

Maria Fernanda Fonseca<sup>1</sup>

No Brasil, as primeiras iniciativas de comercialização de produtos orgânicos aparecem no final da década de 70 (Coolméia-RS, Coonatura-RJ), e as preocupações com a certificação de produtos orgânicos iniciam-se em meados da década de 80, com o surgimento das normas no IBD, na ABIO e posteriormente na AAO. As discussões no âmbito do governo federal tomaram força a partir da década de 90, quando o Ministério de Agricultura viu-se pressionado pelos produtores e certificadoras que queriam exportar produtos orgânicos para Europa. Atualmente, temos uma Instrução Normativa (IN-007/99) que trata da produção e do processamento de produtos orgânicos de origem animal e vegetal, e Portarias que ditam regimentos internos dos Colegiados Estaduais e do Colegiado Nacional, bem como os procedimentos para acreditação das certificadoras. O processo vêm sofrendo pressões do mercado interno, afetando os acordos de reciprocidade entre as certificadoras, por exemplo, e, do mercado externo, que critica a demora na promulgação de uma legislação brasileira (Projeto Lei 659-A), e a IN 007/99 por optar por entidades certificadoras sem fins lucrativos, são outros exemplos. A internalização da importância dos produtos orgânicos por uma questão de segurança alimentar (food safety e food security), e por questões econômicas, não ocorre no âmbito das instituições governamentais, traduzindo-se em esforços isolados de indivíduos que ocupam diversas funções. Um ponto positivo de todo este processo no Brasil é a efetiva participação do setor privado e de outros segmentos da sociedade civil na discussão da elaboração e implantação das normas e dos processos de certificação e acreditação de certificadoras de produtos orgânicos. Existem avanços (as responsabilidades sociais, por exemplo) e problemas a serem resolvidos, como a padronização das informações e a capacitação de agricultores, técnicos, funcionários das indústrias e da distribuição, bem como consumidores, sobre as especificidades de um produto orgânico. Um

---

<sup>1</sup> Pesquisadora da Pesagro-Rio/EENF, Doutoranda da UFRuralRJ/CPDA, Membro do CEPOrg-RJ

destes problemas diz respeito a harmonização com as normas para produtos oriundos da agricultura familiar, iniciativa tomada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário na virada do milênio. A história do processo das normas de produtos da agricultura familiar, diferentemente da de produtos orgânicos, foi liderada por uma percepção governamental, embora alguns movimentos sociais já estivessem discutindo a importância de terem um selo “político” para identificar os seus produtos desde fins da década de 90. Será que haverá maiores ônus para os agricultores familiares que quiserem também ser orgânicos ? A primeira vista, parece que sim, pois significaria dois tipos de certificação numa mesma propriedade, o que pode ocorrer nos casos de produtores que comercializam para o mercado orgânico e para o mercado solidário. Estes e outros questionamentos (por exemplo, não racionalização de recursos entre ministérios para um mesmo objetivo: produção de qualidade superior), levaram com que um grupo de pesquisadores, da iniciativa pública e privada, participantes do processo em discussão no âmbito do movimento orgânico, elaborassem uma proposta para estudar, dinamizar e harmonizar as normas de produtos orgânicos e de produtos oriundos da agricultura familiar. Esta proposta foi enviada a um edital público do CNPq e foi selecionada, estando aguardando liberação de recursos para iniciar sua tentativa de harmonizar os processos em curso no Brasil, bem como gerar uma primeira base de dados oficiais sobre a produção, o mercado e as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento da agricultura orgânica. Além disso, pretende-se criar um grupo que possa apoiar negociações sobre o tema no âmbito nacional e internacional, bem como sugerir uma agenda de pesquisa para resolver impedimentos tecnológicos que agricultores familiares tenham para atender as normas e os processos de certificação, tanto em sistemas de produção quanto de processamento sob manejo/trato/vivência agroecológica. As dúvidas quanto a viabilidade técnica na detecção do uso de agrotóxicos no processo e, a viabilidade econômica das análises laboratoriais de resíduos em produtos oriundos de unidades certificadas com alguma diversidade de produção (caso da maioria das unidades familiares) também pretendem ser esclarecidas.